

Encontro anual de
INICIAÇÃO 
CIENTÍFICA DA UNESPAR

A EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS DE UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Tatiane de Amorim Luiz Benteo, (PIC/ Fundação Araucária),
Unespar/Campus Paranavaí, t2benteo@hotmail.com.
Elias Canuto Brandão (Orientador), Unespar/Campus Paranavaí,
eliasbrandao.unespar@gmail.com

RESUMO: A pesquisa em questão tem como objetivo compreender a gestão da Educação em escolas do Campo com o viés à gestão escolar democrática na região Noroeste do Paraná, buscando compreender a gestão democrática em si e como se dá na prática a participação da comunidade na gestão. Discutimos diferentes formas de gestão, a exemplo da gestão educacional, gestão escolar com ênfase a gestão democrática participativa e como esta pode influenciar na formação do sujeito crítico e ativo nas escolas do campo. Relatamos na pesquisa uma breve parte da história de luta dos movimentos sociais em prol da reforma agrária e por uma educação do e no campo com qualidade, mostrando aos camponeses um novo conceito de campo e educação. A pesquisa foi de cunho bibliográfico e adotamos como metodologia o marxismo histórico, pois nos possibilita confrontar e questionar dialeticamente os feitos das gestões desenvolvidas ou não nas escolas do campo. Como resultado, constatamos que a educação é um direito de todos e que este direito deve ser respeitado, vez que os povos do campo têm direito a uma educação no local em que vivem, devendo estar relacionada à sua realidade, seu modo de viver, pensar e produzir. Destacamos as Leis que amparam, a Educação do Campo, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo e as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Concluimos que o processo de luta social tem papel fundamental na construção da escola do e no campo, objetivando a transformação dos indivíduos em sujeitos construtores de sua realidade e, a gestão da escola tem papel fundamental neste processo, torná-la democrática e participativa, sendo um agente de transformação e não de opressão. Enfim, o papel fundamental de uma gestão democrática e participativa é a inclusão de todos no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação do campo. Gestão Democrática. Sujeito crítico.

Introdução

A pesquisa realizada objetivou compreender a gestão da Educação em escolas do Campo com o viés à gestão escolar democrática na região Noroeste do Paraná, buscando compreender a gestão democrática em si, além de compreender como se dá na prática a participação da comunidade na gestão.

A Educação do Campo é um processo de luta que teve seu início nos anos de 1980, nas primeiras ocupações de terra em prol da reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul e, desde então os acampados em movimento percebiam a necessidade de escolas para as crianças e jovens que lutavam por terra e por uma escola de qualidade que atendesse suas especificidades e objetivos, formando sujeitos críticos e atuantes na sociedade, com conhecimento de seus direitos.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

Os trabalhadores reconhecem, desde o fim da década de 1970, que seria somente por meio da luta que seus direitos seriam conquistados e garantidos. É neste contexto que, quase duas décadas depois, os próprios trabalhadores rurais organizados em movimento, lutam por uma Educação do Campo. Esta começa a quebrar o preconceito de camponeses e cidadãos, que pensam e dizem que os camponeses são pessoas atrasados e que não possuem conhecimento e cultura, ou que o campo é um local de sofrimento. Apesar de que este pensar é histórico, é só investigarmos a literatura sobre o homem do campo, no personagem de Monteiro Lobato, o “Jeca Tatu”, cabocho apático, sofrido e preguiçoso, e que até os dias atuais os sem terra são vistos na mesma ótica, como sujeitos que estão fora da ordem e não respeitam as regras. Diante disto, os camponeses, além de lutarem contra o capital, na perspectiva de construção de experiências para a transformação social, lutam também contra os estereótipos lhes impostos. Por outro lado, na sociedade em que vivemos, quem luta contra o capitalismo esta fora dos padrões.

Essa visão que coloca o camponês sempre numa visão de desigualdade foi se cristalizando ao longo da nossa história em todos os aspectos, ou seja, não só na economia, mas no social, na educação o camponês passou a ser visto como o coitadinho, o incapaz, o “jeca tatu” e o campo como o atrasado. (COELHO, 2011, p. 139).

Foi visando aprofundar o resultado desta luta histórica, a luta pela democratização da gestão da educação além da conquista da terra, a partir da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde o início da década de 1980 e, de forma indireta, as mudanças de conceitos ou pré-conceitos que as escolas do campo contribuem para derrubar, que desenvolvemos esta pesquisa. Portanto, compreenderemos a gestão democrática da Educação em escola do Campo na região Noroeste do Paraná a partir da luta pela reforma agrária.

Para se conhecer o que é Educação do Campo, primeiro vamos ao conceito de campo.

Consideramos o conceito de campo, como aquele que vem sendo reafirmado pela Educação do Campo, que é concebido como um espaço de sujeitos de direitos, um espaço de gente feliz, de trabalho, de vida, de lutas pela construção de alternativas para se viver dignamente, recuperando a condição social deste conceito. (ARTICULAÇÃO, 2013, p. 28).

O campo do qual nos reportamos é local de produção de alimentos, saúde, vida e cultura popular e deve ser reconhecido como tal, seja por quem está nele e por quem está na cidade, pois os que são cidadãos, dele depende. Por isto se defende que no campo, nada mais justo que uma educação pensada pelos trabalhadores do campo e para eles.

Observamos no decorrer de nossa pesquisa que boa parte das gestões escolares de escolas denominadas do campo na Região Noroeste do Paraná, não fazem de fato acontecer a Educação do

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

Campo e nem a democratização da educação. Na prática demonstram não serem democráticas nas ações educacionais e pedagógicas, mesmo dizendo-se serem.

As escolas alteram a denominação, mas os gestores não alteram a forma de gestão da educação para implementar a Educação do Campo. As práticas educacionais, pedagógicas e de gestão da educação continuam antigas, rural, com viés aburguesado, ou seja, os gestores oferecem aos trabalhadores camponeses uma educação do campo mascarada, sustentada no modelo tecnicista, próxima da educação rural e da educação urbana.

A educação proposta pelos movimentos sociais do campo focaliza-se na formação integral e plena do ser humano, visto que os povos do campo, de acordo com o art. 28, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996), estão amparados a discutirem suas realidades e peculiaridades sociais, educacionais, políticas, econômicas e culturais, pois são diferenciados dos povos das cidades.

A educação trabalhada junto aos povos do campo deve estar relacionada à sua realidade, modo de viver, pensar e produzir, discutindo a relação campo – cidades, evitando criar uma dicotomia entre estas duas realidade que não são antagônicas. Na prática, todos (campo e cidade) merecem uma educação de qualidade que tenha seu início a partir de sua realidade social. Destacamos que a educação do campo deve ser compreendida em todos seus aspectos. Segundo Molina,

[...] o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de relações sociais; de produção de história, cultura e conhecimento, de luta de resistência dos sujeitos que aí vivem. A Educação do Campo é um conceito novo e em construção na última década. Sua novidade não se refere apenas a história recente que representa, mas principalmente ao protagonismo da luta educacional por sujeitos que nunca antes haviam ocupado este território: os trabalhadores rurais. (MOLINA, 2007, p. 2).

Destacamos que os sujeitos do campo, historicamente, foram esquecidos, pelos governantes e pelas políticas públicas e nas universidades quase não se constata pesquisas realizadas com viés para o campo e as poucas que existem (diante de um contexto global), volta-se para o campo educacional.

Segundo Caldart, Kolling e Cerioli, “somente 2% das pesquisas dizem respeito às questões do campo, não chegando a 1% as que tratam especificamente da educação escolar no meio rural” (2002, p. 8). Ainda bem que a partir dos anos de 1980, a educação e o campo brasileiro vêm ganhando voz e espaço com a organização de vários movimentos sociais do campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem, Indígenas, Quilombolas, dentre outros, que organizados, lutam pela reforma agrária e por uma educação de qualidade, direito constituído que deve ser respeitado e garantido pelos diferentes governantes, seja municipal, estadual ou federal, aos camponeses, no local onde vivem e residem.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

Defende Caldart, Kolling e Cerioli que “[...] o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; (do, pois) o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sócias” (CALDART; KOLLING E CERIOLI, 2002, p. 26). Desta forma, afirmamos que a luta por uma escola e Educação do/no Campo, na prática sofre descasos nas esferas políticas, desde a gestão local, quando o gestor direto de uma escola do município ou do estado não proporciona condições pedagógicas e estruturais para que os educadores reavaliem o Projeto Político Pedagógico (PPP) conforme orientações das Diretrizes Nacionais e das Diretrizes do Estado, além de não possibilitar formação continuada dos educadores. Na prática, os diferentes estudos indicam que a escola sonhada que vem sendo construída com trabalho e, muitas batalhas, seguem caminhos de grandes desafios enfrentados pelos educadores e educadoras, militantes e líderes dos movimentos sociais do campo brasileiro.

Mesmo com a Constituição de 1988 que garantiu a todos o direito e acesso a educação, a “Educação direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988, art. 205) é discursada por políticos e governantes, mas têm sido violadas aos sujeitos do campo e, homens, mulheres, crianças e adolescentes, são diariamente surrupiados do direito à educação, excluídos de tê-la onde residem, sendo colocados à margem da lei.

A luta pela Educação do Campo, que de forma mais contundente começou por volta da década de 1920, adentrou o século XXI e vai se configurando em novas formas de organização e luta dos trabalhadores camponeses, a exemplo da Criação do Fórum Nacional de Educação do Campo e das Articulações nacional e estaduais. A Carta de criação do Fórum Nacional elaborada em Brasília em 2010, por exemplo (ARTICULAÇÃO, 2013), destaca várias preocupações com a educação, sua gestão e os gestores, assim como a forma de democracia e as formas de participação popular. Não é diferente os registros na Carta divulgada no encontro da Educação do Campo do Paraná, em Cândói-PR, em 2013, onde constata

[...] evidente desigualdade social e educacional a que estão submetidas às populações do campo, conforme refletem os dados da realidade e a manifesta ausência ou inadequação das políticas públicas especialmente aquelas voltadas à educação. Constata-se que, hoje, no Brasil, o projeto hegemônico de campo, de desenvolvimento rural e de educação no meio rural tem caráter excludente, predador e homogeneizante. (ARTICULAÇÃO, 2013, p. 1).

Diante do exposto, destacamos que o Brasil sendo um país essencialmente agrário desde sua origem, até a década dos anos de 1990 não havia mencionado em seus textos constitucionais ou em leis específicas a educação dos camponeses. Até então houve de forma indireta um descaso com os sujeitos do campo e suas especificidades. No máximo foi incorporado orientações de uma educação

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

para formar mão-de-obra desde a zona rural, nas escolas rurais e nas escolas das cidades, visando o “desenvolvimento” do Brasil.

E a este respeito, vários autores evidenciam veementemente que a educação do/no campo é direito de todos, é direito dos camponeses, até então não prioritário, mas que ganhou força quando os movimentos sociais levantaram a bandeira “Por Uma Educação do Campo” e em seguida conseguiram a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo e também as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.

A construção das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo é mais um passo importante na afirmação da educação como um direito universal, pois vem auxiliar o professor a reorganizar a sua prática educativa, tornando-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, criando assim um sentimento de pertencimento das crianças e adolescentes, que vão ter na escola um trabalho educativo com sentido em suas vidas. (BRASIL, 2002, p. 9).

Destacamos que esta educação, objeto de nosso estudo, deve estar ligada e regida na escola pela democracia e participação de todos na gestão democrática, possibilitando que os sujeitos se sintam parte do projeto educacional, mais ainda quando a escolas estiverem em assentamentos ou acampamentos, como as escolas itinerantes, trabalhando na perspectiva de uma educação crítica e emancipadora. Estas escolas representam os camponeses como sujeitos de direitos. É como diz Arroyo,

O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à justiça, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostram o quanto se reconhecem sujeitos de direito. (ARROYO, 2009, p. 73).

Tratando-se dos camponeses, durante o percurso da história os movimentos do campo buscaram a liberdade, lutaram pela terra e contra a opressão e perseguição, além de lutar por uma Educação de qualidade onde os trabalhadores do campo residem e produzem e, por uma escola onde os gestores desenvolvessem uma educação democrática com a participação de educadores, educandos e comunidade, perpassando a discussão da realidade social, política, econômica, da luta pela terra, da ausência do Estado e das políticas públicas para estes povos.

Diferente de gestores que administram escolas num viés técnico são os gestores cuja prática envolve a comunidade e o movimento social, possibilitando que os sujeitos da escola sejam participativos. Gestões com este viés e em nossa pesquisa identificamos apenas uma na região em que estamos realizando o estudo, a Escola Camponesa Municipal Chico Mendes, no Assentamento Pontal do Tigre, município de Querência do Norte-PR, na prática, procura formar a consciência social,

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

política e cultural, preocupada com educandos agentes para transformação social. Os gestores e o corpo pedagógico buscam fazer acontecer a democracia a partir da educação básica, envolvendo os assentados, os ilhéus, os pequenos agricultores, ou seja, o movimento social como um todo. Segundo Caldart,

O movimento social e seus sujeitos também reconhecem os educandos como sujeitos. E todos se vêem como sujeitos de um movimento maior, que é o movimento da história, exatamente o que pressiona cada um a assumir esta condição de sujeito. [...] as pessoas que fazem da transformação social [...]. (CALDART, 2011, p. 121).

O processo de luta social tem como objetivo transformar os indivíduos em sujeitos construtores de sua realidade e, a gestão da escola tem papel fundamental neste processo, torná-la democrática e participativa, envolvendo alunos, professores e comunidade. Já dizia Paulo Freire (2003) que a escola pode ser agente de transformação como também de opressão e é neste viés que priorizaremos a discussão da gestão da educação, observando se voltada à transformação social e política, democrática e participativa.

A gestão nas/das escolas do campo

Compreendemos que o papel da gestão não é apenas o que está prescrita na lei e que a gestão democrática não deve estar somente no âmbito escolar, mas em todo sistema educacional. Segundo Vieira (2007, p. 64), a gestão é dividida em duas esferas: a “gestão educacional que está na esfera macro e a gestão escolar na esfera micro”, sendo que uma não existiria ou excluiria a outra.

Com base na LDB, a gestão escolar em todas as esferas educacionais deve ser realizada de forma democrática e com a participação de toda comunidade (interna e externa). Apregoa que,

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, art. 14).

De acordo com as Diretrizes, todas as formas de gestão educacional devem ser realizadas de forma democrática e este processo democrático deve ser desenvolvido principalmente nas tomadas de decisões. O ato de democracia deve ser respeitado numa gestão escolar e concretiza-se na elaboração do Projeto Político Pedagógico, o PPP, que é o coração da escola. O PPP é uma das partes principais

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

da escola, devendo receber cuidados especiais, pois é a bússola, o indicativo onde chegar e a orientação do que e como fazer em uma gestão e escola, sobretudo quando se trata de uma escola do campo, com a prática da pedagógica da Educação do Campo. Neste caso, a Educação do Campo deve ser composto por elementos que caracterizam os povos do campo, sua identidade e cultura.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, [...] na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, s/p).

Evidenciamos que a educação de qualidade tem seu início na base, na realidade concreta dos sujeitos, não devendo se afastar dos sujeitos envolvidos com a escola, ações que as gestões e os educadores nem sempre fazem, mesmo dizendo-se democráticos e participativos. Na prática, as gestões auto-intituladas “democráticas e participativas” nem sempre ouvem educadores, pais, alunos nem a comunidade.

Identificamos no decorrer da pesquisa que muitas escolas intituladas democráticas nem sempre levam em consideração as características da comunidade na elaboração do currículo escolar e na maioria das vezes a comunidade escolar desconhece o PPP, sobretudo quando são excluídos do processo de sua elaboração. No entanto, quando uma escola e do campo, entende-se que deveria trabalhar uma educação emancipadora, implementar a educação do campo, levando em consideração,

[...] que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, têm nomes e rostos, lembranças, gêneros, raças e etnias diferenciadas. Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação de pertença à terra e nas formas de organização solidária. Portanto, os currículos precisam se desenvolver a partir das formas mais variadas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, do território, dos sujeitos, do meio ambiente. O currículo precisa incorporar essa diversidade, assim, como precisa tratar dos antagonismos que envolvem os modelos de agricultura, especialmente no que se refere ao patenteamento das matrizes tecnológicas e à produção de sementes. Incorporar não somente ao currículo, mas ao cotidiano da escola, a cultura da justiça social e da paz é tarefa fundamental para um projeto político de educação do campo que se pretenda emancipatório. (MUNARIM, 2011, p. 11).

Estas são atribuições de um gestor democrático e a participação da comunidade no processo da gestão tem como objetivo contribuir com a organização dos sujeitos para que debatam em reuniões e conselhos da escola o que pode melhorar na escola e no desenvolvimento do conhecimento dos alunos e professores e que o acumulado das experiências seja dividido pelo conjunto da comunidade, gerando troca de experiências e conseqüentemente um conhecimento mais elaborado, crítico e não alienado, buscando solução coletiva para os problemas da escola e das gestões. É como já adiantava Medeiros e Luce,

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

A gestão democrática da educação está associada [...] a participação social: [...] no planejamento; nas tomadas de decisão; na definição sobre alocação de recursos e necessidades de investimentos; na execução das deliberações; nos momentos de avaliação. (MEDEIROS; LUCE, 2006, p. 18).

Esta forma de participação dos sujeitos tem sido proposta pela pedagogia da Educação do Campo pelo MST, visando inserir a comunidade na rotina escolar, discutindo a cultura e os costumes da comunidade para a escola, o que resultará na produção de conhecimento, conscientização e na mudança do ambiente escolar. As diferentes leituras indicam e o acompanhamento da prática também¹, que a escola só atingirá seus objetivos com a participação daqueles que fazem parte dela. Segundo o Caderno dos Núcleos de Base do MST,

A transformação da história só pode ocorrer por consequência do empenho coletivo de muitas pessoas, e nesse sentido, a escola só pode se tornar aquilo que queremos se nós trabalharmos juntos para concretizar nossos objetivos. [...] é importante que sejam realizados trabalhos envolvendo diversas dimensões da coletividade: toda turma de educandos, toda comunidade que atua na escola (educandos, educadores e funcionários), a comunidade escolar somada a todo assentamento. (PARANÁ, 2007, p. 26).

A gestão democrática parte do princípio de envolvimento de todos os sujeitos da escola nas tomadas de decisão e, quando isto acontece, a gestão pode ser lida, entendida e respeitada como gestão democrática e participativa, o que é raridade no sistema educacional dos municípios, estado e federação. Na prática, em grande parte das escolas, a democracia não faz parte de sua realidade.

As escolas em que o MST está presente buscam praticar a gestão e a democracia com a participação da comunidade, mas com muitos desafios, sobretudo quando a presença do município e do Estado é muito forte na escola o que interfere na gestão direta e indireta e nas formas de participação dos professores e da comunidade, contradizendo com a democracia participativa e com a inserção da comunidade no processo e sistema educacional. Segundo Martins,

Democratizar a gestão da escola do campo é inserir a comunidade camponesa, com seus valores, principalmente o da cooperação, no interior das instâncias administrativas da escola. Dessa maneira, o planejamento, as ações, as perspectivas das práticas escolares serão (em tese) um reforço em ações do desenvolvimento comunitário também. (MARTINS, 2004, p. 8).

¹ Esta pesquisadora residiu em acampamento, trabalhou em Escola Itinerante e é filha de assentada.

Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar

Na prática, os sujeitos que trabalham em coletividade em uma gestão, dão vida e fortalecem a escola, formam uma consciência crítica sobre a importância da educação e de uma “gestão democrática que deve ser emancipadora” (FREIRE, 2003).

No entanto, as escolas das cidades como as denominadas do campo que não são ligadas aos movimentos sociais do campo, são regidas por políticas e gestores que não tem como compromisso ou práticas o incentivo à participação da comunidade na vida da escola. Muitos educadores e gestores pensam e agem como se a escola fosse apenas um depósito de conteúdos e informações sobre os alunos. Conteúdos e informações que nem sempre tem significado, o que contribui para que os educandos não sintam prazer de aprender e apreender conhecimento.

Considerações Finais

O artigo teve a preocupação de fazer com que fosse compreendido a importância da gestão escolar das escolas do campo, escola esta onde seus objetivos, PPP e ações fossem construídos no coletivo, pois a finalidade da educação do/no campo é formar sujeitos críticos e ativos.

Em grande parte das escolas do campo ligadas aos movimentos sociais do campo – escolas nos assentamentos ou acampamentos –, a gestão escolar procura ocorrer de forma democrática, o que nem sempre ocorre devido às pressões externas e internas. No entanto, quando as pressões ocorrem, as dificuldades e os problemas procuram ser resolvidos no coletivo, incentivando a participação da comunidade na rotina escolar, fazendo com que todos se sintam parte efetiva da escola.

Enfim, o papel fundamental de uma gestão democrática e participativa é incluir todos no processo de ensino e aprendizagem e a Educação do Campo busca valorizar esse processo.

Referências;

ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salet. MOLINA, Monica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ARTICULAÇÃO Nacional Por uma Educação do Campo. **Carta de Criação do Fórum Nacional de Educação do Campo**. Por uma Educação do Campo. Cândói: Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 12 dez. 2013.

**Encontro Anual de Iniciação Científica
da Unespar**

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB nº 9394/96**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 de jul. 2014

_____. CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. (Parecer nº 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002.

CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo. **Por uma Educação do Campo**. Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo. Caderno nº 4.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COELHO, Leila Rocha Sarmento. **A função social da escola na educação do campo**. Bananeiras/PB: Revista Lugares de Educação. V. 1, N. 2, p. 136-149, jul.-dez. 2011. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 28 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

PARANÁ. **Como fazer a escola transformando a história?** 6º Concurso Nacional de Arte-Educação do MST. Setor de Educação e Coletivo de Cultura. Paraná, 2007.

MARTINS, Fernando José. **Gestão democrática da educação do campo**. Anpae, 2004. Disponível em: <www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/114.pdf>. Acesso em 20 jan. 2014.

MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de; LUCE, Maria Beatriz. **Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências**. 2006. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/23100729/746988120/name/Texto_08_LUCE_MEDEIROS.pdf>. Acesso em 22 jan. 2014.

MOLINA, Mônica Castagna. **Desigualdades e Direitos: Desafios para a qualidade da educação básica do campo**. ANPAE, 2007. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/343.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2015.

MUNARIM, Antônio. **Educação na Reforma Agrária: gênese da Educação do Campo no Brasil. Educação rompendo cercas e construindo caminhos**. FETAEMG. ed. 2, 2011. Disponível em: <http://www.fetaemg.org.br/wp-content/uploads/2011/07/educacao-do-campo-2-edicao.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2015.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples**. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19013/11044>. Acesso em 20 de Jan. 2014.